



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

## **AFIRMAÇÃO DA NECESSIDADE DE UM ENSINO DE GEOGRAFIA TEORICAMENTE CONSISTENTE, REFLEXIVO E CRÍTICO**

### ***AFFIRMATION OF THE NEED FOR A THEORETICALLY REFLECTIVE, CONSISTENT AND CRITICAL GEOGRAPHY TEACHING***

(Recebido em 16-08-2022; Aceito em: 01-12-2023)

**Gilmar Alves Trindade**

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) – Sergipe, Brasil  
Professor Titular, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) – Ilhéus, Brasil

[gatrindade@uesc.br](mailto:gatrindade@uesc.br)

#### **Resumo**

Esse texto integra uma das seções dos resultados de uma pesquisa acadêmica concluída em 2022 – O ensino de Geografia diante das ameaças de discursos do pensamento único – e tem como objetivo nuclear afirmar a necessidade de um ensino de Geografia reflexivo, consistente e crítico, que tenha efetivamente o espaço produzido por uma sociedade diversa, contraditória e desigual, como fundamento e objeto de análise. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, cujas bases de consulta foram livros impressos, artigos científicos disponibilizados eletronicamente, e documentos e textos abertos no *site* da AGB, inclusive levantamento de dados referentes ao XVIII Encontro Nacional de Geógrafos, onde foram analisados 20% dos trabalhos apresentados e publicados nos anais do evento. A análise concluiu que persiste entre os jovens autores de trabalhos no campo da Geografia a pesquisa com ênfase na análise crítica em torno da produção do espaço nas escalas local e regional; além de ratificar a necessidade de considerar a política como fator fundamental da/na produção do espaço.

**Palavras-chave:** Ensino de Geografia; Condição espacial; Política; Cidadania; Geografia Crítica.

#### **Abstract**

*This text is part of one of the sections of the results of an academic research completed in 2022 – The Geography teaching in front of the threats of single thought discourses– and aims to affirm the need for a reflective, consistent and critical geography teaching, that effectively produced the space by diverse, contradictory and unequal society, as a foundation and object of analysis. Methodologically, it is a bibliographic and documentary research, whose bases of consultation were printed books, scientific articles made available electronically, documents and texts opened on the AGB website, including survey data collection for the XVIII National Meeting of Geographers, where 20% of the production presented and published in the annals events were analyzed. The analysis concluded research persists among youngsters authors of the fieldwork of Geography with emphasis on critical analysis around space*

*production at local and regional scales; in addition to ratifying the need to consider politics as a fundamental factor of the/in the space production.*

**Keywords:** *Geography teaching; Spatial condition; Politics; Citizenship; Critical Geography.*

## Introdução

Esse texto apresenta uma das seções da pesquisa acadêmica intitulada “O ensino de Geografia diante das ameaças de discursos do pensamento único”, concluído em 2022; que teve como objetivo central discutir o sentido do ensino de Geografia no contexto atual da sociedade brasileira, em meio a discursos e ações autoritárias e antidemocráticas cuja intenção era mesmo tentar deslegitimar a produção científica, o pensamento autônomo e crítico, a diversidade de ideias e a própria liberdade plena de expressão. Isso em pleno século XXI!

A proposta do trabalho contemplou um objetivo específico relacionado à produção de uma revisão teórica acerca do sentido do ensino de Geografia no Brasil, especialmente considerando a transição de uma Geografia descritiva e mnemônica calcada nos atributos naturais, para uma Geografia mais contextualizada, crítica e preocupada com a explicação acerca do processo de produção do espaço geográfico. A primeira seção desse texto aborda esse conteúdo, a partir da emergência no final dos anos 1970 do movimento de renovação da Geografia brasileira, no âmbito do qual a contribuição de Milton Santos é decisiva para uma teorização mais profunda acerca do espaço.

A seção seguinte traz a discussão para o período atual e faz uso do banco de dados da AGB para analisar alguns trabalhos apresentados e publicados nos Anais do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos, a fim de averiguar se existe a preocupação com a análise crítica em torno das questões espaciais que foram temas de pesquisas daqueles trabalhos. É mesmo necessário averiguar como os jovens graduandos que recentemente têm ingressado nas universidades estão fazendo a Geografia nos diversos cursos de Licenciatura e Bacharelado espalhados pelo território brasileiro; a análise dos trabalhos apresentados no ENG pode dar uma ideia do que está acontecendo. Afinal, a compreensão crítica acerca do próprio entorno e acerca do mundo precisa ter espaço na formação dos jovens de todas as origens que ingressam nas universidades, especialmente, nas públicas; a eles deve ser garantido o acesso livre ao conhecimento historicamente produzido ao longo do processo civilizatório.

A experiência recente no Brasil demonstra que a história é mesmo feita de avanços e recuos, ela não é linear! Movimentos anacrônicos e antidemocráticos periodicamente emergem ao longo do processo no âmbito do qual o espaço é produzido, e cabe à Geografia explicá-lo. Os discursos do pensamento único podem tentar se instalar, mas não seria sem resistência daqueles que têm consciência do sentido e da relevância científica, social e política da Geografia. Que os/as mais jovens, especialmente os oriundos das classes populares, possam compreender à luz da História – e da

Geografia – a necessidade permanente de ratificar que o exercício do pensamento deve ser livre, e que, portanto, é proibido proibir!

Há muitos aspectos a se discutir, atualmente, acerca do ensino de Geografia nos níveis básico e superior, esse texto busca dialogar com as dimensões teóricas e práticas do exercício profissional na área da educação geográfica. O objetivo nuclear da discussão é mesmo ratificar que neste campo de atuação faz-se necessária uma ação permanentemente reflexiva e crítica acerca do sentido desse campo disciplinar, como evoluiu ao longo do tempo e como contribui para a formação dos mais jovens enquanto cidadãos que habitam e se movem em um espaço geográfico diverso, dinâmico e contraditório.

### **Geografia Crítica, análise espacial e ação política: retorno ao movimento de renovação da Geografia no Brasil**

A emergência de uma Geografia Crítica no Brasil se dá, efetivamente, a partir de 1978. Neste ano o ENG aconteceu em Fortaleza (CE), reunindo uma parcela significativa de geógrafos brasileiros, àquela altura, estimulados pela efervescência dos debates que chegavam da Geografia da Europa e dos Estados Unidos, tendo como fundamento a radicalização de um pensamento reflexivo e crítico acerca do espaço e sua produção-reprodução. Obras clássicas no campo da Geografia Crítica já ecoavam por aqui influenciando debates e reflexões que trariam grande transformação aos rumos da Geografia que se fazia no Brasil até então; entre essas obras merecem destaque os livros “A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra” (1976) (do francês Yves Lacoste) e “A Justiça social e a cidade” (1973) (do britânico radicado nos Estados Unidos, David Harvey). Aqui no Brasil, ainda no evento da AGB, foi lançado o livro que inaugurou a Geografia Crítica no Brasil – Por uma Geografia Nova (1978), de Milton Santos.

Quando se constata que o movimento de renovação da Geografia brasileira se deu exatamente no momento de afirmação da ditadura civil-militar no país, dá-se conta de que o movimento da sociedade não pode mesmo ser contido! As coletividades em movimento por justiça social, por liberdade de expressão, por afirmação de direitos, por acesso aos pressupostos básicos da cidadania, pelo direito constitucional de possuir um lugar no espaço. Isso não pode ser calado ou contido por muito tempo. Nem mesmo a violência de um Estado autoritário pode sufocar os gritos de liberdade que durante anos ficam contidos, latentes, ecoando timidamente em certos lugares onde algumas pessoas já haviam provado o gosto da liberdade, da autonomia, do respeito de se decidir pelos caminhos da própria vida. A História demonstra isso de forma inequívoca – diante da opressão há sempre o

momento em que os gritos e as ações por liberdade e respeito explodem nas ruas e já não podem ser contidas pelos opressores.

Já no final do século XX e projetando uma avaliação do que o mundo viria a ser a partir do século XXI, Milton Santos e Adriana Bernardes nos alertavam sobre a complexidade e as armadilhas que estavam por vir nesse novo contexto dominado plenamente pela técnica – a serviço, evidentemente, dos interesses da ampliação do capital à escala planetária. Segundo os autores,

As grandes mudanças históricas impõem um necessário realinhamento das disciplinas explicativas da realidade. Ninguém ignora que vivemos, hoje, no mundo todo, e no Brasil em particular, um momento de transição importante ao qual é indispensável estarmos preparados para enfrentá-lo intelectualmente. Mas tal preparação não é apenas genérica, é também específica, pois a cada província do saber compete encontrar caminhos de enfrentamento dos respectivos problemas (Santos e Bernardes, 1999, p. 4-5. Grifos nossos).

No campo da Geografia brasileira, desde a difusão de uma Geografia Crítica no país, se impõe essa tarefa de, a cada período, ratificar a necessidade de se estar atento, vigilante, combativo mesmo às ideias e ações anacrônicas e antidemocráticas que frequentemente reaparecem no seio da sociedade brasileira – essa sociedade historicamente conservadora e autoritária; e isso exige a necessidade da atenção permanente daqueles que produzem o conhecimento científico, na medida em que “sem conhecimento preciso das condições que criam as barreiras da construção do humano, o saber serve à ideologia e, nessa situação, perdemos o futuro” (Carlos, 2023a, p. 33).

Há pouco mais de 40 anos se deu a publicação da primeira edição do livro “Novos rumos da geografia brasileira”, organizado por Milton Santos (1981); o livro trouxe a colaboração de geógrafos<sup>1</sup> que contribuíram bastante, ao longo das décadas seguintes, para a renovação da Geografia brasileira, para a formulação de uma teorização em Geografia com ênfase na realidade brasileira e sua conexão com a totalidade do mundo. Já na apresentação, Santos dava o tom do debate que ora se faria na Geografia: trata-se de uma disciplina comprometida com o progresso social, cuja opção se opõe à de uma Geografia meramente descritiva ou posta “a serviço do congelamento da História e dos conceitos que cria” (Santos, 1981, p. 7).

De maneira muito semelhante, o artigo de Manuel Correia de Andrade, entre outros aspectos, indagava acerca da contribuição dos geógrafos brasileiros ao desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil, da seguinte forma:

Deve a Geografia desenvolver-se para o mero devaneio intelectual dos cultores desta Ciência ou deve a Geografia desenvolver-se visando fornecer condições para a racionalização da organização do espaço brasileiro e, conseqüentemente, para oferecer uma

<sup>1</sup> Milton Santos, Armando Corrêa da Silva, Roberto Lobato Corrêa, Ruy Moreira, Arioaldo Umbelino de Oliveira, Antonio Carlos Robert Moraes, Wanderlei Messias da Costa, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Manoel Fernando Seabra, Manuel Correia de Andrade e Armen Mamigonian.

contribuição à solução dos principais problemas que freiam o desenvolvimento da nossa sociedade? (Andrade, 1981, p. 197-198).

Parece-me que ao longo das décadas, a partir de então, os geógrafos brasileiros responderam a essas inquietações do mestre pernambucano Manuel Correia de Andrade. De fato, as temáticas e os problemas abordados em grande parte da produção geográfica no Brasil nos últimos anos têm demonstrado a preocupação de diversos autores em todas as regiões do Brasil acerca das questões socioterritoriais, no campo e na cidade, envolvendo as condições gerais da existência humana na sua conexão nem sempre em equilíbrio com a natureza. Produzir Geografia no Brasil não deixa de ser um desafio permanente! Afinal, historicamente, a ação política que se projeta no território se faz, prioritariamente, para atender aos interesses da reprodução econômica – amiúde, sem respeitar os limites da natureza nem as necessidades das populações que habitam os territórios.

A Geografia se impõe enquanto Ciência Humana por volta dos anos 1950 – apesar de se consolidar como tal apenas a partir dos fins dos anos 1970 – preocupada em formular a análise espacial no bojo da relação sociedade-natureza, que não se trata de uma mera relação de interdependência, mas sim, de ação deliberada da primeira sobre a segunda, ao longo do tempo e por meio do trabalho humano. Dessa forma, depreende-se que tanto os processos naturais quanto os processos sociais devem ser considerados de forma articulada, em conexão, quando se pretende explicar como se dá a produção do espaço geográfico; assim, “o espaço é a sociedade vista como sua expressão material visível. A sociedade é a essência, de que o espaço geográfico é a aparência” (Moreira, 1981, p. 35). Ainda é preciso reforçar a compreensão de que se trata de um espaço geográfico produzido sob relações de trabalho historicamente contraditórias e desiguais, pois,

Sob o capitalismo, a desigualdade se expressa na concentração da riqueza nas mãos de uma classe que, em seus desdobramentos, se materializa no espaço, nos termos e orientação de sua produção social que define o lugar de cada um a partir do acesso à habitação e de tudo o que ela implica (Carlos, 2019, p. 25).

Portanto, é evidente que no âmbito da análise espacial a política é peça-chave para o entendimento de como se dá a produção do espaço. Tudo advém da ação política! As transformações que ocorrem no meio urbano ou rural, a instalação de engenharias ou próteses no território, a abertura ou o fechamento das fronteiras para os imigrantes, a atenção aos territórios indígenas, as pesquisas desenvolvidas sobre a dinâmica da atmosfera, do uso dos recursos hídricos e da gestão das bacias hidrográficas, dos intemperismos físico e químico; bem como o acesso – ou não – a uma educação emancipadora que prepara o ser para a vida, e não apenas para o mercado de trabalho. Tudo se dá de acordo com as determinações formuladas pelos agentes da política – e não simplesmente pelos políticos; afinal, é cada vez mais evidente a conexão dos interesses econômicos com as ações estabelecidas na esfera da decisão política nas casas de governo, desde a escala local (o município) à

escala nacional com suas imbricações com o plano internacional (as agências de fomento, os organismos multilaterais reguladores, a política cambial, os Conselhos supranacionais etc.).

Os movimentos socioterritoriais também se inscrevem como agentes da ação política, principalmente em contextos de repressão territorial e de recuo do campo democrático de participação. Contudo, é uma luta desigual, a História demonstra isso de forma inequívoca; mas demonstra também que o movimento não pára, na medida em que a própria História no presente sinaliza a necessidade de transformação. Portanto, o saber geográfico enquanto fundamento da análise espacial é, necessariamente, um saber de base política. E atenção! Trata-se de um saber sobre o qual, historicamente, quem o produz não tem domínio integral sobre ele, na medida em que “o poder criado pela atividade científica escapa totalmente das mãos dos cientistas. Ele se encontra ao nível dos poderes econômicos e políticos. Os cientistas produzem um poder sobre o qual eles não têm poder (Souza, 1997, p. 31).

Além disso, não se pode esquecer a questão do financiamento das pesquisas, crucial para que a produção científica se desenvolva com qualidade e perenidade. Entretanto, a distribuição dos recursos para as diferentes áreas da produção científica (Exatas, Humanas, Naturais, Aplicadas etc.) não se dá de forma equânime, exatamente pelos interesses que envolvem o financiamento da pesquisa, seja ele público ou privado. E tem ainda, como observou Queiroz Neto (1997), a desproporção da produção acadêmica na área da Geografia mais especificamente – o que se produz nos grandes centros tradicionais da produção geográfica (como USP, UFRJ, UERJ, UNB, UFBA, UFMG, UNESP etc.) e o que se produz nas Universidades e Faculdades distribuídas pelo território brasileiro, inclusive aquelas instaladas no interior dos estados do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste do país, em instalações onde, frequentemente, é bastante incipiente a estrutura técnico-informacional necessária à produção, publicação e distribuição do conhecimento elaborado geralmente em torno das escalas local e regional. Até mesmo a estrutura física é insuficiente em muitas universidades para atender ao contingente de professores e alunos pesquisadores no campo da Geografia; faltam gabinetes, laboratórios e recursos para as saídas a campo.

Apesar disso as pesquisas são feitas e seus resultados contribuem, inquestionavelmente, para o desenvolvimento sociocultural e econômico da região, do País. Quanta riqueza de dados e detalhamento de análise há em tantos trabalhos científicos realizados sob a rubrica da Geografia! Se os poderes instituídos não fazem uso desse conhecimento na promoção das políticas territoriais é porque os interesses que os movem são seletivos. Mas o geógrafo, em vista disso, não pode deixar de fazer o seu trabalho em atenção ao que a análise espacial efetivamente lhe exige; Ora,

O geógrafo deve utilizar o seu potencial teórico, o domínio das técnicas modernas e o seu comprometimento com os altos objetivos nacionais para dar uma contribuição positiva à solução dos problemas do País. Ciência é também política, e o cientista deve saber por que é utilizada, como é utilizada e em favor dos interesses de quem ela é utilizada (Andrade, 2000, p. 13).

As dificuldades impostas ao campo das Ciências Humanas decorrem de longo tempo, desde a emergência da ciência moderna no século XVIII, e se impõem, às vezes até sub-repticiamente, sem que a maior parte da sociedade se dê conta do sentido das mudanças propostas pelo aparelho do Estado. A criação da disciplina de Estudos Sociais, no início dos anos 1970, em plena ditadura civil-militar no Brasil, é apanágio disso<sup>2</sup>.

### **A criação da disciplina e do curso de Estudos Sociais no contexto da ditadura civil-militar no Brasil e da geopolítica mundial da “guerra fria”**

O curso de Estudos Sociais em universidades e faculdades, e a disciplina Estudos Sociais em Escolas do ensino fundamental (1º grau) se constituíam, efetivamente, em uma “colcha de retalhos” onde se inseriam conteúdos de História e de Geografia; sem o devido aprofundamento e contextualização local-regional no nível fundamental, e sem a devida profundidade teórico-metodológica e epistemológica no nível superior de ensino. Na verdade, era como se em Estudos Sociais se estudasse diferentes conteúdos relacionados às Ciências Humanas, mesmo que tudo superficialmente e desconectado da realidade socioespacial potencialmente vivida pelos alunos. Estudos descritivos, generalistas, descontextualizados e fragmentados. Óbvio que era exatamente isso que o Estado conservador-autoritário pretendia!<sup>3</sup>

A disciplina de Estudos Sociais coexistiu com mais três disciplinas inseridas na “grade” curricular naquele mesmo período autoritário: Organização Social e Política do Brasil (OSPB), Educação Moral e Cívica (EMC) e, nos cursos de Magistério, Educação para o Lar (EPL). Não precisa fazer muito esforço cognitivo para compreender o sentido dessas rubricas em um currículo para

<sup>2</sup> “Enquanto na Universidade, na década de 70 do século XX, os debates se acirravam em decorrência da busca de novos paradigmas teóricos no âmbito do conhecimento em Geografia, a escola pública de primeiro e segundo graus, hoje ensino fundamental e médio, enfrentava um problema ocasionado pela Lei 5.692/71: a criação de Estudos Sociais com a eliminação gradativa da História e da Geografia da grade curricular. As medidas legais foram tomadas pelo Conselho Federal de Educação e pelos demais órgãos superiores, em plena ditadura militar, quando a discussão dos problemas da vida do País estava praticamente ausente ou restrita a pequenos círculos fechados [...] Mudanças no currículo e na grade curricular, como a criação de Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica, contribuíram para causar danos à formação de toda uma geração de estudantes. A legislação, imposta de forma autoritária, tinha mesmo a intenção de transformar a Geografia e a História em disciplinas inexpressivas no interior do currículo e, ao mesmo tempo, fragmentar mais ainda os respectivos conhecimentos” (Pontuschka, Paganelli, Cacete, 2007, p. 59-60).

<sup>3</sup> “O sonho dos positivistas é eliminar a História [...] É o que o regime tecnocrático-militar de 64 conseguiu nos quadros curriculares. A medida direta foi substituir a Geografia e a História, reconhecidamente disciplinas com status científico, por um amorfo campo denominado Estudos Sociais [...] Os objetos de estudo dessas ciências tornam-se, então, uma espécie de assunto que ‘todos entendem e do qual cada um tem uma opinião’. Sai-se da episteme e retorna-se à doxa” (Oliveira, 1998, p. 36).

formação das crianças e dos jovens brasileiros durante o período de vigência do governo civil-militar (1964-1985). Os objetivos esperados para o ensino de Estudos Sociais são, inequivocamente, prenhes de interesses vinculados àquele estamento então vigorante, e com um sentido ideológico bastante evidente:

Os objetivos evidenciam que a disciplina Estudos Sociais se distanciou das Ciências Sociais e se configurou como um conjunto de saberes que o Estado autoritário utilizava para formar pessoas ajustadas ao meio social e político, capazes de controlar os instintos, de se ajustarem à família, à sociedade e, sobretudo, aos princípios e valores do Estado brasileiro (sob a vigência de uma ditadura militar). Essa mudança gerou o esvaziamento dos conteúdos de História e Geografia e conferiu aos Estudos Sociais um contorno ideológico de ufanismo nacionalista com o fim de justificar o projeto nacional organizado no País (Oliveira, 2008, p. 26. Grifos nossos).

Certamente que não se pode desvencilhar a situação brasileira àquela época com o que estava acontecendo na escala mundial. O mundo após a II Guerra mundial seria construído/reconstruído sob o domínio das nações vencedoras, especialmente sob a liderança dos Estados Unidos, em função de sua atuação no pós-guerra como arregimentador do campo capitalista – Veja-se, por exemplo, o alcance do Plano Marshall e as alianças estabelecidas com os países do hemisfério norte por meio da atuação da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). As décadas de 1960-70 conheceram o acirramento da tensão entre os campos capitalista e socialista, liderados, respectivamente, pelos Estados Unidos e pela URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, sob hegemonia da Rússia). O mundo vivia, então, sob a permanente tensão e os conflitos entre esses dois campos antagônicos, no contexto histórico-geográfico que ficara conhecido como Guerra Fria.

Justamente neste contexto é que se situa a instalação de um governo civil-militar no Brasil em 1964. Sem considerar a geopolítica mundial e, particularmente, no continente americano – sob controle direto dos Estados Unidos – muitos leigos podem até imaginar que o golpe de 1964 aconteceu no Brasil “por obra do acaso” ou, simplesmente, como desdobramento das políticas internas no País naquele momento imediatamente posterior ao governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Sem conhecer o movimento da História e sem estabelecer as conexões entre os eventos em todas as escalas – da local à planetária – não se compreende, de fato, absolutamente nada. O que dizer da “avalanche” de instalação de governos militares na América Latina entre os anos 1960-1970?<sup>4</sup>

Evidentemente que não se tratou de mera obra do acaso. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a geopolítica mundial passou a ser estabelecida a partir da polaridade que se desenhou entre os Estados Unidos e a União Soviética, representando, respectivamente, os interesses vinculados à expansão capitalista e socialista na escala planetária. As políticas econômicas

---

<sup>4</sup> Entre as décadas de 1950-70 vários países da América do Sul sucumbiram ao poder de governos militares: Paraguai (1954), Bolívia (1964), Brasil (1964), Argentina (1966 e 1976), Peru (1968), Chile e Uruguai (1973).

antagonicamente associadas a cada um desses sistemas de poder foram definindo entre os anos 1950 e 1960, gradativamente, pólos e regiões de influência ideológica, política, econômica, cultural e militar.

Assim, a URSS estabeleceu sua área de influência no Leste Europeu e contribuiu para a instalação do Socialismo em países como Coréia do Norte (1945), China (1949) e Cuba (1959), que passaram então a ser seus satélites na Ásia e na América. Por sua vez, os EUA, muito em função do Plano Marshall, estenderam e consolidaram sua influência na Europa Ocidental, no Japão, em áreas do Oriente Médio, na Oceania e, evidentemente, na América Latina. Estavam lançadas as bases do chamado “mundo bipolar” sob hegemonia dos EUA e da URSS e suas políticas – frequentemente agressivas – de monitoramento e controle territorial dos países alçados às suas áreas de influência no contexto histórico-geográfico que ficara conhecido como Guerra fria.

Na América Latina a influência norte-americana se constituiu, efetivamente, como intervenção direta nas políticas internas de diversos países a partir dos anos 1960 – vide a intervenção na República Dominicana (1965), o apoio a golpes militares em vários países da América do Sul (como no Brasil, em 1964), as intervenções em conflitos na América Central e no Caribe, e a ofensiva agressiva sobre Cuba após a vitória da Revolução Cubana e da instalação do Socialismo na ilha (1959-1960). Tais interferências tinham o objetivo precípuo de combater a expansão das ideias socialistas no continente americano, principalmente após o ocorrido em Cuba, com seu alinhamento direto com a União Soviética. A partir de então, essa questão se transformou no fundamento principal da política externa norte-americana, quer seja, impedir o avanço dessa ideologia na América, naquilo que ficara popularmente conhecido como a necessidade de evitar que os países da América Latina sucumbissem “ao perigo da ameaça comunista”.

Portanto, os interesses estratégicos e econômicos dos Estados Unidos se impuseram sobre todos os países do continente americano – à exceção de Cuba; qualquer movimento popular de contestação à ordem estabelecida – sob a aprovação dos EUA – nos países da América Latina deveria ser imediatamente sufocado. Em casos extremos de movimentos políticos mais radicais que contrariassem os interesses capitalistas na região, as ações políticas para evitar seu êxito deveriam ser imediatas; era esse o contexto geopolítico e ideológico do mundo àquela época, no âmbito do qual proliferaram a instalação de governos militares na América Latina apoiados explicitamente pelos Estados Unidos – como ocorreu no Brasil em 1964. Vê-se, assim, que sem relacionar a ordem local à ordem continental ou planetária não se compreende, efetivamente, o sentido das transformações que se dão no território nacional, correndo-se o risco de se corromper a História. E a Geografia! Afinal,

A história é sem fim, está sempre se refazendo. O que hoje aparece como resultado é também um processo; um resultado hoje é também um processo que amanhã vai tornar-se outra situação. O processo é o permanente devir. Somente se pudéssemos parar a história é

que teríamos um estado, uma situação permanente [...] Os cortes no tempo nos dão situações em um determinado momento. Não captam o movimento, são, apenas, uma fotografia. Já o movimento é diacrônico, e sem isso não há História. (Santos, 1988, p. 95).

No âmbito da diacronicidade em que os eventos vão se sucedendo ao longo do tempo, tanto emergem ações sincrônicas quanto anacrônicas, na medida em que os sujeitos sociais não são monotônicos nem estabelecem relações cujos interesses são comuns, especialmente no bojo da sociedade capitalista, onde a contradição e as disparidades socioespaciais estão postas na essência mesma desse modo de produção.

Em uma sociedade como a brasileira, resultante de um processo de exploração colonial que perdurou por três séculos, as disparidades políticas, ideológicas, econômicas e socioculturais tendem a ser muito mais acentuadas que em um país que não passou por isso. Sendo assim, se justifica o fato de que em pleno século XXI, em meio a tantos movimentos anacrônicos, seja necessário que se discuta o que foi proposto para este trabalho, voltando a questões e temas que se imaginava que já estivessem datados historicamente – inclusive para situar as novas gerações no âmbito de um contexto histórico-geográfico de duração mais dilatada, a fim de que seja possível a compreensão do processo que nos trouxe ao contexto dos dias atuais. Quem poderia imaginar que em pleno século XXI, contrariando todos os preceitos do Estado Democrático de Direito, alguns segmentos da sociedade brasileira estariam nas ruas das cidades e nas redes sociais apoiando discursos autoritários e defendendo a volta da ditadura militar no país? De onde partiu tudo isso e quais interesses representa? Por que esse tipo de manifestação ainda encontra coro em contingente significativo da sociedade brasileira? O que poderia ser mais anacrônico do que isso?<sup>5</sup>

Um fato chamou atenção durante a campanha presidencial no Brasil, entre 2017 e 2018; o candidato da extrema-direita e seus aliados repetiram exaustivamente que fariam um governo “sem ideologia”, como fora o governo anterior de posicionamento à esquerda. Segundo ele, os ministros seriam indicados por razões técnicas e não ideológicas; igualmente, as relações internacionais não se dariam no campo ideológico. Poderia haver algo mais ideológico que essas afirmações? Percebe-se, então, um grande equívoco acerca do sentido da ideologia, enquanto conceito e prática. Até mesmo porque, após eleito, o político afirmaria em rede nacional que só admitiria em seu governo ministros “terrivelmente evangélicos”. Tentar negar o sentido e os interesses da própria ideologia não deixa de

---

<sup>5</sup> Rubens Casara chama atenção para o fato de já estarmos vivendo em um contexto de Estado pós-democrático, onde os direitos historicamente conquistados correm o risco de sucumbirem diante dos interesses sem limites dos agentes econômicos vinculados às políticas ultraliberais. Para esse autor: “A cada vez que um direito fundamental é violado ou relativizado, caminha-se um passo rumo ao autoritarismo. O autoritarismo que se percebe no Estado pós-democrático é incompatível com o modelo do Estado Democrático de Direito. Com o desaparecimento dos limites ao exercício do poder, diante da relativização dos direitos fundamentais em nome da racionalidade neoliberal, não se está mais no marco do Estado Democrático de Direito. Com a superação dos entraves típicos do Estado Democrático, criam-se as condições pós-democráticas que se revelam adequadas a uma sociedade desumanizada e a vida sem princípios” (Casara, 2017, p. 65).

ser, já de imediato, um discurso carregado de conteúdo ideológico! Ora, “para ser posto como o representante da sociedade no seu todo, o discurso do poder já precisa ser um discurso ideológico, na medida em que este se caracteriza, justamente, pelo ocultamento da divisão, da diferença e da contradição” (Chauí, 1997, p. 21).

### **Pesquisas recentes na área da Geografia: recuos ou afirmação do pensamento crítico entre os geógrafos em formação?**

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), instituição criada em 1934, quase que simultaneamente a instalação dos primeiros cursos de Geografia nas universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, historicamente promove a cada dois anos o principal evento nacional da área da Geografia – o Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), que acontece sempre em diferentes cidades do país onde exista um curso de Geografia lotado em uma universidade pública. O evento é um dos mais concorridos do país quanto ao número de participantes e de trabalhos científicos publicados.

Há grande diversidade de temas e de abordagens teórico-metodológicas, representando mesmo a diversidade do pensamento geográfico brasileiro neste início do século XXI; os debates nas mesas redondas e os espaços de diálogo costumam ser bastante concorridos, reunindo tanto os geógrafos de expressão nacional e de grande produção científica quanto os jovens graduandos e pós-graduandos na área, muitos deles participando de um evento científico pela primeira vez. Trata-se de um acontecimento de grande significado para a Geografia brasileira, por apresentar a cada dois anos um painel das tendências e perspectivas da produção científica brasileira nesta área.

Os temas definidos para cada ENG revelam o compromisso da Geografia brasileira com as questões e os problemas gerais do país, explicitando o envolvimento e a preocupação dos profissionais e estudantes da área em dar sua contribuição ao debate em torno da resolução dos problemas nacionais, cujo pano de fundo é, necessariamente, a base territorial, a dimensão espacial reveladora das contradições inerentes às ações humanas sobre a natureza (Quadro 1).

**Quadro 1 – ENG: temas gerais propostos nos últimos anos**

Ano	Período	Local	Tema do Encontro
2010 XVI ENG	25 a 31/07	Porto Alegre – RS	Crise, práxis e autonomia: espaços de resistências e de esperança
2012 XVII ENG	22 a 28/07	Belo Horizonte – MG	Entre escalas, poderes, ações, Geografias
2016 XVIII ENG	24 a 30/07	São Luís – MA	A construção do Brasil: Geografia, ação política, democracia
2018 XIX ENG	01 a 07/07	João Pessoa – PB	Pensar e fazer a Geografia brasileira no século XXI: escalas, conflitos socioespaciais e crise estrutural na nova geopolítica mundial
2022 XX ENG	20 a 24/07	Evento Virtual	Brasil - Periferia: a Geografia para resistir e a AGB para construir

Elaboração: O autor (2022).

Vê-se que os temas propostos para cada Encontro são provocativos no sentido de um posicionamento político explícito em torno dos problemas nacionais, revelando imediatamente que os debates durante os dias do evento seguirão essa tendência, apesar de não ser necessário que todos os trabalhos apresentados sigam o mesmo caminho. A estrutura das atividades prevê Conferências de abertura e encerramento com nomes relevantes da Geografia brasileira; além de mesas redondas, grupos de estudos, saídas a campo e espaços de diálogos – onde os trabalhos científicos são apresentados e discutidos.

Não restam dúvidas de que a proposição dos temas dos ENG tem contribuído significativamente para a afirmação de uma Geografia atenta e crítica aos problemas da sociedade brasileira na produção do seu espaço. A partir daqui analisarei os resultados da pesquisa em 20% dos trabalhos apresentados e publicados no XVIII ENG, conforme definido na metodologia. Trata-se de um recorte diante do escopo dessa discussão, uma amostra que representa aspectos de parte dos trabalhos publicados nos anais, e não de sua totalidade, afinal,

O olhar pode ser amplo e geral, mas a visibilidade é sempre dirigida e parcial. Assim, a crítica tão comum a tudo aquilo que determinados observadores deixam de ver em um fenômeno é completamente tautológica. A visibilidade é irremediavelmente não totalizadora (Gomes, 2013, p. 32).

Início com uma breve análise sobre a apresentação geral dos trabalhos, enfatizando a dimensão técnica, o formato que é exigido para todos que submetem um trabalho à comissão organizadora. Um problema foi identificado ao longo da análise de 20% dos trabalhos publicados nos anais do evento, trata-se da ausência de um formato único de apresentação dos trabalhos científicos aceitos para publicação; a maior parte dos trabalhos apresenta, de fato, em uma sequência lógica, os elementos essenciais de um artigo científico (Título, Autores, Resumo, Palavras-chave, Introdução, Objetivos, Metodologia, Discussão/Resultados, Conclusão e Referências). Porém, há trabalhos que não trazem o Resumo e as palavras-chave, em outros, falta a metodologia definida com clareza, além de indefinição quanto ao objetivo principal do trabalho. Também se verificou, em alguns desses trabalhos, negligência quanto à formatação/normatização técnica, inclusive, com referências mal estruturadas e mesmo sem respeitar a ordem alfabética. Isso é um problema que deve ser corrigido pelas Comissões organizadoras e/ou Científicas dos eventos – é preciso ser mais rigoroso quanto a aceitação dos trabalhos acadêmicos submetidos para publicação; que pelo menos seja exigido que os autores atendam integralmente as normas técnicas indicadas para a submissão dos trabalhos. Isso já foi regra há algum tempo, é preciso manter essa exigência para que se garanta a qualidade e a pertinência dos trabalhos aceitos e publicados nos Anais. A maior parte dos trabalhos analisados

respeitou as normas estabelecidas, mas é preciso que absolutamente todos atendam às normas técnicas.

No XVIII ENG houve prevalência de autores e trabalhos das regiões Norte e Nordeste do Brasil, afinal, o evento foi sediado em São Luís - MA, e houve menor número de trabalhos do Sul do país; mas isso é mesmo esperado, quando o evento acontece no Sul do Brasil ocorre exatamente o contrário. Em um país continental como o Brasil nem sempre é possível percorrer as grandes distâncias, como também, para muitas pessoas, é impossível ficar tanto tempo longe de casa e do trabalho (cerca de sete dias) pelas mais diversas razões, inclusive financeiras.

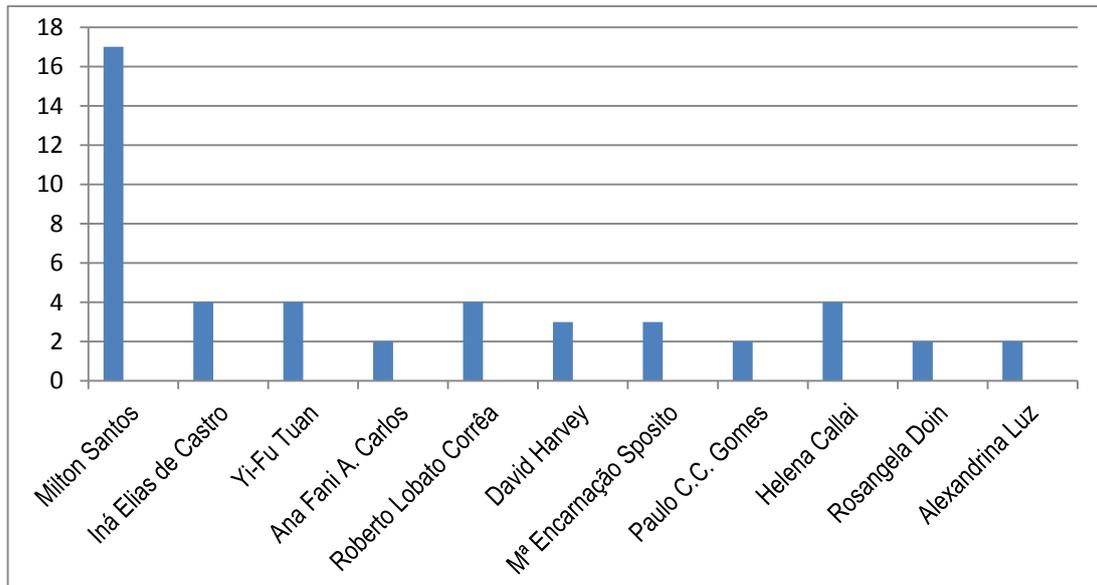
A análise dos trabalhos aleatoriamente selecionados revela grande diversidade de temas e de orientações teórico-metodológicas. As abordagens mais frequentes são do campo da Geografia urbana, com ênfase para a questão da produção do espaço urbano, do comércio e do mercado de trabalho urbano e das relações urbano-regionais; há também quantidade expressiva de trabalhos no campo do ensino de Geografia, especialmente com temáticas voltadas para a educação básica, como a cartografia escolar, o livro didático, o currículo e as provas do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). A diversidade de abordagens abarca ainda os conflitos territoriais, a questão regional, a teoria geográfica e as interfaces da Geografia com as Ciências naturais, entre outros temas.

O corpo teórico-conceitual identificado demonstra que em grande parte desses trabalhos existe, de fato, preocupação em realizar uma análise acerca dos recortes espaciais definidos para as pesquisas sob uma perspectiva crítica de abordagem; claro que apenas a leitura integral de cada trabalho pode revelar se isso de fato aconteceu. De qualquer modo, os autores mais frequentes encontrados são do campo da Geografia Crítica ou vinculados a ela em determinado momento de sua produção acadêmica. Dentre os geógrafos brasileiros e estrangeiros mais citados a primazia é, inquestionavelmente, de Milton Santos; Em seguida, há uso frequente dos autores Iná Elias de Castro, Roberto Lobato Corrêa, Yi-Fu Tuan e Helena Callai; esta autora, muito recorrente nos trabalhos que enfatizam aspectos relacionados ao ensino de Geografia na educação básica (Figura 1).

Em relação aos autores de outras áreas do conhecimento são mais frequentes os do campo das Ciências Humanas; entretanto, quando indico autor indefinido é pelo fato de o trabalho não definir nenhum autor, especificamente, como base da discussão, nem na introdução nem na metodologia; ou mesmo pelo fato de não haver citações diretas ou indiretas ao longo do texto. Isso foi recorrente nos trabalhos analisados! Certamente, são trabalhos de autores iniciantes, jovens graduandos dos cursos de Geografia apresentando seus primeiros artigos científicos em um evento, discussões provavelmente decorrentes de seus TCC – Trabalhos de Conclusão de Curso. Entre os autores não-geógrafos citados,

se destacam a urbanista brasileira Ermínia Maricato e o filósofo francês Henri Lefebvre, ambos inseridos no âmbito da influência teórico-metodológica do Marxismo (Figura 2).

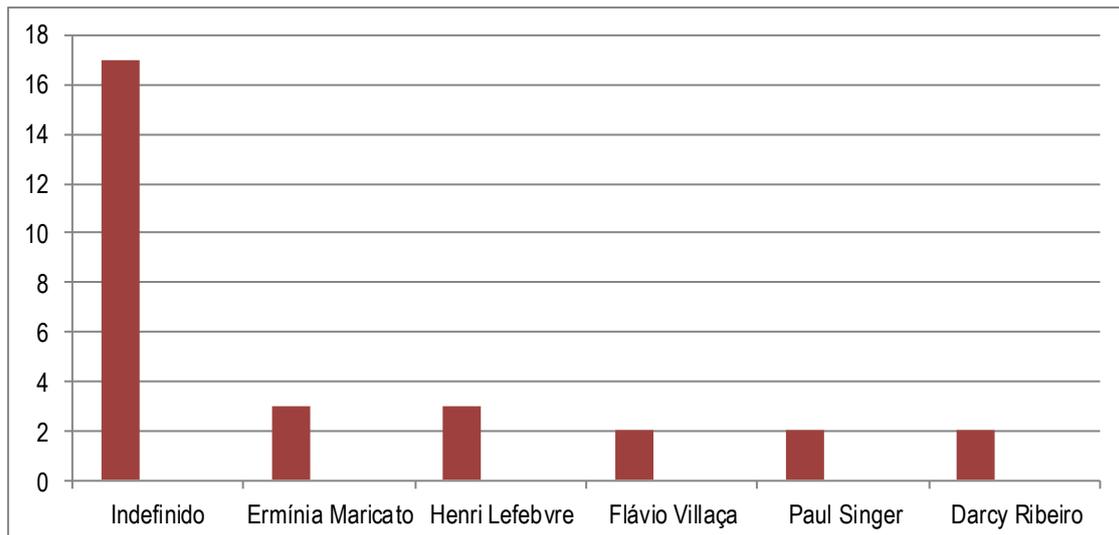
Figura 1 – XVIII ENG: autores geógrafos mais citados



Fonte: <http://www.eng2016.agb.org.br/simposio/anaiscomplementares>

Elaboração: O autor (2020).

Figura 2 – XVIII ENG: autores não geógrafos mais citados



Fonte: <http://www.eng2016.agb.org.br/simposio/anaiscomplementares>

Elaboração: O autor (2020).

Na realidade, esses Espaços de Diálogos e Práticas (EDP) integrantes do ENG têm se constituído em espaços de discussão para os jovens geógrafos iniciantes, oportunidade de apresentar seus trabalhos e começar a desenvolver uma postura científica diante da comunidade geográfica brasileira, trocar ideias, aprender juntamente com os demais autores de diferentes regiões do Brasil; inclusive, para professores e professoras da educação básica se coloca como um espaço importante

de troca de experiências e de compartilhamento de práticas de ensino na área da Geografia. Por esse motivo, é importante que geógrafos mestres e doutores também discutam suas pesquisas e práticas nos EDP do ENG, e não apenas nos espaços reservados para discutir com seus pares da academia as dimensões epistemológicas mais profundas e as novas tendências teórico-metodológicas da Geografia.

A análise dos temas de pesquisa e suas correspondentes orientações teórico-metodológicas nos informam acerca das tendências mais amplas da produção geográfica recente, bem como sobre quais interfaces predominam entre a Geografia e outros campos do conhecimento. Historicamente situada na área das Ciências Naturais a partir de sua gênese no século XIX, ao longo do tempo a Ciência geográfica foi ampliando suas conexões com outras Ciências para além das Naturais; simultaneamente à afirmação do espaço enquanto objeto de estudo na interface entre o físico e o humano, ampliaram-se os estudos fazendo uso de aportes teórico-conceituais do campo das Ciências Humanas. Isso se tornou mais frequente a partir dos anos 1950 no conjunto das análises no âmbito da Geografia Teorético-quantitativista; entretanto, a emergência de uma Geografia enquanto ciência efetivamente humana preocupada com as questões socioespaciais se dá por volta dos anos 1970, quando emergem as abordagens geográficas influenciadas pelas teorias comportamentais e pelo Marxismo – vinculadas, respectivamente, às correntes da Geografia Humanística e da Geografia Crítica.

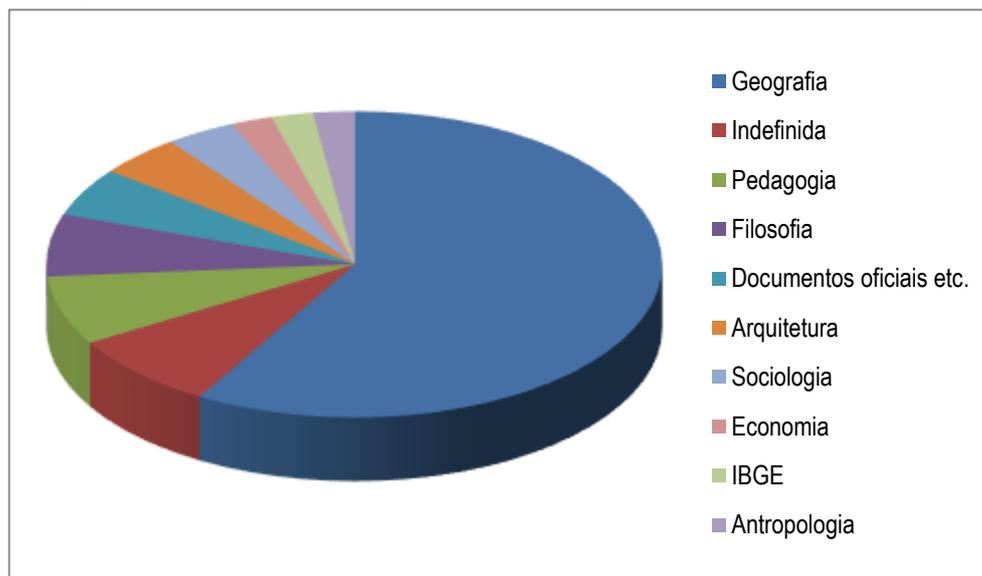
Nesse sentido, quando se observa a produção geográfica recente através dos livros lançados anualmente e dos artigos científicos publicados periodicamente, se constata o predomínio das abordagens enfatizando a produção do espaço nas diversas escalas e o interesse pela pesquisa em torno das questões de base territorial; tais análises pedem, portanto, conexões da Geografia com as áreas do conhecimento situadas no campo das Ciências Humanas, como a Sociologia, a História, a Filosofia e a Antropologia. Para o geógrafo em formação é importante saber articular os conhecimentos correlatos à Geografia, afinal, “a formação de um profissional que possa dar conta de analisar o espaço como expressão de uma realidade social supõe, por certo, que consiga desenvolver uma visão da totalidade do mundo da vida” (Callai, 2013, p. 123); interpretando-a de acordo com os aportes teórico-metodológicos e conceituais produzidos no âmbito do conhecimento científico. É preciso estar atento a esse aspecto, pois, “o método, a ciência e a teoria são elementos intelectuais insofismáveis na produção do conhecimento” (Sposito, 2020, p. 42).

Em muitas situações os aspectos físicos estão implícitos na discussão, considerados sob a perspectiva de um espaço já produzido tendo como substrato material os atributos da natureza; em outras situações, entretanto, isso não aparece, e a discussão se desenvolve com bastante ênfase da influência sociológica, antropológica ou histórica sobre o que se pesquisa no âmbito da Geografia. É

preciso ter muito cuidado em relação a esse aspecto, pois, se no período de predomínio da Geografia Tradicional muitos trabalhos produzidos por geógrafos tinham mais a ver com Geologia, Botânica ou Meteorologia, não se pode correr o risco de que, atualmente, se produza uma Geografia que seja confundida com a Antropologia ou a Sociologia. No discurso geográfico faz-se necessário articular de forma apropriada o físico e o humano, a conexão sociedade-natureza; esse equilíbrio é, muitas vezes, difícil de ser encontrado no momento da análise, mas é necessário um esforço para consegui-lo, senão corre-se o risco de a Geografia perder sua identidade no conjunto das demais Ciências.

Os temas dos 20% dos trabalhos analisados nos Anais do XVIII ENG situam-se, majoritariamente, nos domínios das Ciências Humanas; verificou-se o predomínio (58%) de trabalhos cuja base da fundamentação teórico-metodológica é de autores da própria Geografia. Em seguida, se destacaram trabalhos cujos temas de pesquisa foram desenvolvidos contando com a base teórico-conceitual de autores de outros campos das Ciências Humanas; como os da Pedagogia e da Filosofia (7%) e da Arquitetura e da Sociologia (4%). Ainda há 8% dos trabalhos em que não é possível identificar a orientação teórico-metodológica seguida, essa informação não está posta explicitamente na metodologia do trabalho, nem mesmo aparece na revisão de literatura, promovendo, assim, um caráter de indefinição a esse respeito (Figura 3).

**Figura 3** – XVIII ENG: área do conhecimento vinculada à referência de base dos trabalhos



Fonte: <http://www.eng2016.agb.org.br/simposio/anaiscomplementares>

Elaboração: O autor (2020).

Considero que se faz necessária uma reflexão mais detida a esse respeito, no sentido de analisar mais profundamente o conteúdo dos trabalhos apresentados nessa modalidade de evento, que demandará leituras integrais de cada trabalho a fim de se definir, de fato, o sentido da abordagem

teórica, metodológica e epistemológica que eles trazem. Evidentemente que se tratará de uma pesquisa de grande volume, que demandará longo tempo e exigirá um grupo de pesquisadores seguindo uma orientação metodológica comum, a fim de revelar com mais segurança e consistência o caráter de geofricidade existente nos trabalhos acadêmicos submetidos e aprovados para publicação.

Além disso, é necessário ampliar o olhar sobre os aspectos teórico-metodológicos, a fim de se garantir a manutenção de análises mais profundas sobre determinados objetos de pesquisa, para que não se corra o risco de retorno à mera descrição, como observou Souza: “o desapareço pela reflexão teórica, que pareceu diminuir nos anos 1970 e 1980, ao que tudo indica voltou a aumentar, em meio a um tipo de minimalismo que, em última análise, nada mais é que uma fragmentação que vem na esteira do empirismo (Souza, 2016, p. 36). Alguns teóricos brasileiros do campo da Geografia Crítica têm, de fato, se manifestado com preocupação semelhante, recentemente.

A análise dos trabalhos permitiu verificar que existe a preocupação dos autores em realizar seus estudos com base em um posicionamento crítico; isso é possível perceber ao se considerar a incidência das referências teóricas mais utilizadas nas discussões. A definição dos temas de pesquisa também ratifica a necessidade da análise espacial que considera as contradições e os conflitos postos na produção social do espaço, como, afinal, é a realidade que concretamente se vive. Por que e para que escamoteá-la? A quem interessaria? Efetivamente, não se pode descuidar de alguns princípios que definem avanços significativos da Geografia produzida no Brasil a partir dos anos 1970, como “a crítica ao empirismo, uma permanente preocupação teórica e um comprometimento político com os problemas do nosso país e do mundo a partir do lugar que ocupamos” (Sousa Neto, 2016, p. 93).

Dentre os trabalhos do XVIII ENG analisados, em um deles o objetivo principal foi identificar as atividades políticas cotidianas dos vereadores do município de Tianguá-CE, discutindo a forma de fazer política dos gestores locais e seus territórios de atuação. Observe como temas de pesquisa como este aparecem, recentemente, como de interesse entre os jovens graduandos dos cursos de Geografia; a preocupação em estudar e discutir as questões locais e regionais a partir da orientação teórico-metodológica da Ciência Geográfica. Isso é surpreendente! Porém, pode incomodar determinados segmentos da sociedade que preferem uma juventude alienada, e não uma juventude questionadora e pensante. Quem tem medo dessa Geografia? Na avaliação de Segrelles:

En la medida en que el espacio, objeto de estudio específico por parte de la Geografía, es un producto social y expresa significados sociales, el análisis geográfico debería mejorar su capacidad crítica, afrontar los problemas del mundo con un vigor renovado y adquirir una

sólida base em teoria social, aspecto éste último totalmente deficitario en esa Geografía tradicional que se sigue cultivando en muchos países del mundo (2001, p. 70).<sup>6</sup>

Mas não é verdade? Se a Geografia é a Ciência da análise espacial e se o espaço é produzido, necessariamente, em decorrência da decisão/ação política, como seria possível fazer Geografia sem considerar os aspectos políticos responsáveis por todas as transformações socioespaciais promovidas ao longo do tempo? Desde a escala local, a partir das decisões políticas sobre a organização do espaço no município e na região, até a escala planetária, de onde, afinal, partem determinações políticas responsáveis pelo funcionamento das finanças e pelo arranjo geopolítico que interferem na vida das pessoas em todos os lugares do mundo.

Essa compreensão crítica acerca do próprio entorno e acerca do mundo precisa ter espaço na escola pública, onde o jovem de todas as origens deve ter garantido o acesso livre ao conhecimento historicamente produzido ao longo do processo civilizatório. Seria imoral que uma elite político-econômica usasse mecanismos incorporados ao próprio sistema de ensino a fim de alijar os alunos das classes populares à própria sorte; porque, na realidade,

Degradar a escola pública significa, no limite, inviabilizar o **espaço da educação** para as camadas populares impedindo que multidões de brasileiros se apropriem dos instrumentos de natureza conceitual, simbólica, lógica, linguística, científica, artística, física indispensáveis à leitura e compreensão do mundo cifrado e sinalizado de maneira abstrata pelo próprio ser humano. Será, com certeza, diminuir as possibilidades reais de formação cultural da juventude, um crime contra a cidadania (Vale, 2000, p. 131).

Será que todos os professores e professoras de Geografia refletem sobre questões dessa natureza em sua prática didático-pedagógica? Ou apenas se contentam em iniciar anualmente o período letivo junto com seus alunos e trabalhar mecanicamente conteúdos de Geografia, muitas vezes completamente descolados da realidade socioespacial potencialmente vivida por eles? Existe uma obrigação moral a ser cumprida pelos educadores da área da Geografia? Para David Harvey, sim: “a obrigação moral do geógrafo é confrontar diretamente a tensão entre a tradição humanista e as necessidades do Estado corporativo, para elevar nossa consciência da contradição e, desse modo, aprender como explorar a contradição dentro da própria estrutura do Estado corporativo” (Harvey, 2017, p. 497).

Nesse sentido, é possível ratificar que a Geografia é um conhecimento a serviço da sociedade, ainda que grande parte dos membros dessa sociedade não compreenda, de fato, o sentido dessa Ciência e dessa disciplina escolar ao longo do seu processo de formação educacional. Porque, afinal, isso depende muito do tipo de Geografia – ou de geografias – com o qual cada indivíduo teve acesso

---

<sup>6</sup> Na medida em que o espaço, objeto de estudo específico por parte da Geografia, é um produto social e expressa significados sociais, a análise geográfica deveria melhorar sua capacidade crítica, enfrentar os problemas do mundo com um vigor renovado e adquirir uma sólida base em teoria social, aspecto este último totalmente deficitário nessa Geografia tradicional que se segue cultivando em muitos países do mundo.

ou contato ao longo da vida. É intrigante pensar que grande parte das pessoas não tem mesmo consciência acerca de sua própria **condição espacial** (Carlos, 2011).

Há certo desconforto entre os geógrafos de formação crítica e humanista em torno do sentimento de que a sua produção acadêmica, frequentemente, não chega a muitas pessoas fora dos circuitos da própria Geografia, e eles têm consciência de que os estudos territoriais, o sentido do lugar e as questões mais amplas que envolvem a produção do espaço deveriam ser apropriados pelo maior número de pessoas possível; tudo isso deveria interessar a todos nós em sociedade. É como se as pessoas fossem deseducadas, propositalmente, levadas a não ter interesse sobre os temas da Geografia – que no imaginário popular ainda se confunde com questões isoladas de relevo, hidrografia, vegetação ou mera localização.<sup>7</sup>

Alguns professores e professoras da disciplina escolar geografia, ainda que inconscientemente, podem contribuir para isso; quando ainda se ensina uma geografia descontextualizada, vazia de sentido, fragmentada, sem estabelecer as conexões que esse conhecimento pede, quando trabalha conteúdos soltos e não promove as condições pedagógicas para que seus alunos consigam ler a paisagem, entender o sentido do território, se enxergar efetivamente no espaço; este, que de um ponto de vista geográfico, é simultaneamente o substrato onde são exercidas as práticas sociais, a condição para que essas práticas existam e o quadro que as delimita, dando-lhes sentido (Gomes, 2012).

A Geografia precisa contribuir, portanto, para que “o homem comum chegue ao nível da razão, da totalidade, do movimento, da história, para discernir completamente as condições em que vive” (Damiani, 2000, p. 55). Porém, mais uma vez, atenção! Será que é isso que os agentes da política educacional que representam o Estado corporativo esperam para a formação dos alunos da escola pública e, portanto, do ensino de Geografia que nela tem lugar? Afinal, “se procuramos ensinar a entender o mundo, podemos ser acusados de transmitir conteúdos que não são aplicáveis, que não preparam para obter o emprego e, sobretudo, para adaptar-se ao mundo como está funcionando (Silveira, 2002, p. 35).

Mas será que o mundo da forma como está posto, neste momento da História, sobreviverá? O ensino de Geografia deve prestar-se a levar os mais jovens a se adaptarem a esse mundo que aí está? De relações humanas tão amplamente deterioradas, de uso dos recursos naturais de maneira tão irresponsável, levando em consideração apenas os interesses imediatos de ampliação desmedida do capital sem respeitar os limites da natureza. A guerra volta à cena planetária com bastante potência, e

---

<sup>7</sup> Pode parecer elementar dizer que, para instruir-se sobre o mundo, tudo passa pela educação. É daí, portanto, que deve partir toda reflexão, tendo em vista as dificuldades por que passa a escola, hoje. Elas decerto não são novas, mas os fatos mostram que são mais profundas do que jamais foram, e que pela primeira vez criaram uma verdadeira “deterioração da escola”, tal como analisou Christian Forestier (Lipovetsky e Serroy, 2011, p. 150).

pode sim levar o mundo à destruição, pois se sabe que nos países hegemônicos há significativa concentração de armamento nuclear e capacidade técnica para produção de artefatos químicos que podem dizimar populações em curto espaço de tempo. Na escala do lugar, no cotidiano onde se vive concretamente na intermediação entre o local-regional e o continental-mundial, os problemas se avolumam como efeitos de políticas macroeconômicas onde a competitividade sem ética e a busca frenética por dinheiro se impõem, sem haver preocupação efetiva com as condições gerais de vida das populações mais pobres na sua existência biológica, social, cultural, moral, espiritual.

Portanto, o ensino de Geografia vinculado à Geografia enquanto Ciência – saber historicamente produzido no sentido do desvelamento do que é o mundo – não deve e não pode se submeter a imposições autoritárias e anacrônicas, a discursos eivados de interesses de determinados agentes da sociedade que não têm absolutamente nenhuma responsabilidade histórica; enxergam apenas o aqui e o agora no bojo da volúpia por fazer dinheiro para atender aos interesses de alguns indivíduos ou grupos, e não produzir riqueza para permitir a melhoria das condições de vida da sociedade de forma generalizada.

Se os detentores do poder político-econômico constroem narrativas para legitimar discursos que na prática socioespacial representam perdas generalizadas para as populações menos favorecidas social e economicamente, há também de existir legitimidade na construção de discursos que representem a insatisfação de amplos setores das classes populares que, historicamente, não têm seus direitos sociais assegurados, respeitados, cumpridos. Tudo isso se manifesta potencialmente no espaço, nos territórios onde todas as ações se concretizam revelando o tipo de sociedade que, afinal, nós somos.

A Geografia enquanto domínio da análise espacial só tem sentido se considera esses movimentos no espaço, as paisagens que deles se materializam, suas territorialidades, os agentes que definem as ações e os processos que delas resultam nas diversas escalas. A quem interessa proibir que as gerações mais novas acessem essa Geografia, que se debruça em estudar e explicar o espaço tal qual ele se apresenta no bojo do processo geral de produção-reprodução da sociedade na sua relação inexorável com a natureza? O que poderia ser mais anacrônico, cientificamente falando, e desrespeitoso, em relação ao próprio desenvolvimento da Geografia enquanto saber, do que a tentativa de cerceamento à liberdade plena de expressão acerca do lugar, do país e do mundo estimulada pelos professores e professoras nas aulas de Geografia?

Se o atual período “aponta para o fato de que à crise real se articula uma crise teórica envolvendo de forma violenta as ciências humanas cada vez mais subsumidas ao horizonte produtivo que serve ao Estado” (Carlos, 2023b, p. 17), portanto, é preciso se manter vigilante quanto ao sentido

social da Geografia enquanto conhecimento que analisa a realidade socioespacial; sendo necessária, permanentemente, a valorização da teoria em contraposição ao empirismo exacerbado (Conceição, 2023).

Os discursos do pensamento único podem tentar se instalar, mas, não seria sem resistência daqueles que têm consciência do sentido e da relevância científica, social e política da Geografia. Que os/as mais jovens, especialmente os oriundos das classes populares, possam compreender à luz da História – e da Geografia – a necessidade permanente de ratificar que o exercício do pensamento deve ser livre, e que, portanto, é proibido proibir!

### Considerações finais

A relevância social da disciplina Geografia enquanto instrumento que contribui para a formação integral de pessoas/cidadãos conscientes e críticos acerca da sua condição socioespacial é inquestionável; enquanto Ciência/disciplina da análise espacial, a Geografia, necessariamente, precisa considerar as ações da política enquanto instância precípua de definição de tudo o que é produzido enquanto próteses no território, enquanto objetos artificiais que se impõem na paisagem decorrentes das intervenções feitas pela sociedade na natureza.

Esse texto deu ênfase à produção de um pensamento geográfico efetivamente crítico no Brasil, cujo caráter de renovação foi dado, mais decisivamente, a partir da contribuição de Milton Santos e outros geógrafos vinculados a perspectivas críticas de análise espacial; grande parte dos trabalhos publicados entre as décadas de 1970 e 90 priorizou a produção de uma teoria geográfica consistente tendo como pano de fundo a formação socioespacial do Brasil. Isso quer dizer que se produz uma reflexão consistente acerca do mundo sob a globalização a partir da realidade brasileira.

A fim de demonstrar que o movimento da História é feito de avanços e recuos, sincronias e anacronias, a análise destacou a instalação de um governo de caráter civil-militar no Brasil (1964-1985) e sua conexão com os interesses norte-americanos sobre os territórios da América Latina naquele período de afirmação da “guerra fria” na escala planetária. Afinal, houve ali grande intervenção no ensino de Geografia no Brasil, a partir da implantação do curso de Estudos Sociais no ensino superior e da disciplina de Estudos Sociais no ensino secundário/básico. Óbvio que tudo isso impactaria no ensino de Geografia, na medida em que esse conhecimento do campo das Ciências Humanas se impõe por seu caráter de análise crítica e reflexiva acerca da produção do espaço, do uso do território, que envolve, necessariamente, muitos interesses, contradições e múltiplas relações de poder.

Os discursos radicais vinculados ao pensamento único só veem legitimidade em suas próprias demandas, como se a História se desenvolvesse em um espaço-tempo sem polaridades, sem conflitos,

sem assimetrias; como se o processo histórico fosse um todo homogêneo marcado por indivíduos e grupos monotônicos, partícipes de relações sociais isentas de contradições e interesses antagônicos.

O próprio desenvolvimento do capitalismo industrial, a partir do século XVIII, deixa patente a teia de contradições socioespaciais que passou a envolver os indivíduos enquanto grupos sociais em torno do trabalho e das condições necessárias para realizá-lo no bojo desse modo de produção. Como negar os dissensos envolvendo proprietários dos meios de produção e trabalhadores descapitalizados no âmbito das relações de produção, desde então? Afinal, os lucros auferidos pelos donos dos meios de produção e os salários recebidos por seus empregados, resultam, concretamente, em condições completamente desiguais de acesso ao consumo consuptivo, à moradia, à mobilidade no espaço, à educação dos filhos, aos serviços de saúde, à aposentadoria, ao lazer, enfim, à vida em toda a sua complexidade. Isso é uma realidade que se mantém atual e o território, de imediato, a revela.

Nesse sentido, é preciso reafirmar de maneira contundente: há sim legitimidade na luta contra a concentração vergonhosa de renda! Há sim legitimidade nos discursos que refutam o pensamento único e sua interpretação maniqueísta da História carregada de interesses relacionados a uma ideologia da classe dominante! Há sim legitimidade nos discursos e nas ações dos que propõem uma sociedade menos desigual, menos injusta, menos opressora para aqueles que, historicamente, sempre foi necessária a luta árdua e cotidiana para prover as condições mínimas para sua existência e da sua família! Há sim legitimidade em uma Geografia combativa e crítica diante de condições socioespaciais tão degradantes para contingentes demográficos expressivos no conjunto da população brasileira e mundial.

As condições de vulnerabilidade social, biológica e psicológica de grande parte da população de um país como o Brasil estão escancaradas nas paisagens que “explodem” nas periferias urbanas revelando a escassez; e elas são inquestionáveis, não há como maquiá-las, escondê-las ou tentar construir um discurso que secciona essas paisagens do modelo de desenvolvimento econômico que as produz – como também produz, por outro lado, as paisagens seletivas dos condomínios fechados de alto padrão, dos *resorts* 5 estrelas e das praias privadas em balneários e ilhas costeiras onde poucas pessoas têm acesso.

Cabe à Geografia, portanto, representar essas paisagens e analisar os conteúdos que explicam como elas são produzidas. O território é habitado/usado por todos, mas de formas bastante diferenciadas, e não se pode considerar apenas parte dos atributos do território, fingir que determinados processos não têm lugar no território e que as contradições que envolvem seus usos não existem. Há multiplicidade de territórios e suas correlatas des-re-territorialidades, e a Geografia precisa dar conta de sua análise, sua explicação, sua representação espacial.

Na seção que analisou as tendências teórico-metodológicas de 20% dos trabalhos publicados nos Anais do ENG 2016, constatou-se que prevalece a intenção em promover uma análise crítica em torno dos temas sobre os quais aqueles trabalhos se debruçaram, entretanto, isso não significa, necessariamente, que tenha sido feita uma análise rigorosa no sentido da base teórica necessária para a construção de um discurso geográfico efetivamente significativo, relevante, consistente. Pesquisas mais amplas em torno dos aportes teórico-metodológicos que dão base aos trabalhos publicados naquele evento devem trazer conclusões mais abrangentes a esse respeito.

Finalmente, ratificamos a inexorabilidade de uma Geografia permanentemente reflexiva e crítica! Uma Geografia posta a serviço da sociedade, na contribuição para a desalienação do cidadão (Santos, 1987). A Ciência geográfica e a disciplina Geografia escolar devem, necessariamente, considerar a concretude socioespacial, o que de fato existe e está patente no território. Não se deve camuflar a realidade que potencialmente existe para todos. Se o debate sobre o que está posto no território incomoda determinados setores da sociedade, isso deveria servir de estímulo para a elaboração de políticas responsáveis – em todas as escalas – que buscassem a sua superação. Censurar a Geografia e outros campos das Ciências humanas não seria uma atitude sensata, inteligente; afinal, a História continua o seu devir e a camuflagem de problemas ou contradições no presente só tende a ampliar mais ainda esses problemas e adiar por mais tempo o enfrentamento responsável das tensões territoriais que há longo tempo a própria sociedade produz. Quem tem medo, afinal, dessa Geografia Crítica? E por quê?

## Referências

- ANDRADE, M. C. de. *O pensamento geográfico e a realidade brasileira*. In: SANTOS, M. (Org.). *Novos rumos da Geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 181-201.
- ANDRADE, M. C. de. *Trajetória e compromissos da Geografia brasileira*. In: CARLOS, A. F. A. *A Geografia na sala de aula*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 9-13.
- CALLAI, H. C. *A formação do profissional da Geografia: o professor*. Ijuí, RS: Editora da UNijuí, 2013.
- CARLOS, A. F. A. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARLOS, A. F. A. *Uma Geografia do espaço*. In: CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. da. *A necessidade da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 15-28.
- CARLOS, A. F. A. *Entre o presente e o futuro: a tríade urgência-direitos-utopia*. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; LENCIONI, S. (Orgs.). *Entre urgências e utopia: múltiplas escalas de ação: que mundo estamos a construir?* Rio de Janeiro: Consequência, 2023a. p. 19-36.
- CARLOS, A. F. A. *Horizontes de uma "Geografia crítica radical"*. In: CONCEIÇÃO, A. L. et al. (Orgs.). *Marx, a Geografia e a teoria crítica*. Rio de Janeiro: Consequência, 2023b. p. 17-35.
- CASARA, R. R. R. *Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CHAUÍ, M. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- CONCEIÇÃO, A. L. *A crítica como arma: a Geografia que não se quer ver, sendo (re)vista*. In: CONCEIÇÃO, A. L. et al. (Orgs.). *Marx, a Geografia e a teoria crítica*. Rio de Janeiro: Consequência, 2023. p. 37-55. .

- DAMIANI, A. L. *A Geografia e a construção da cidadania*. In: CARLOS, A. F. A. (org.). *A Geografia na sala de aula*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 50-61.
- ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS (2016). *Anais... XVIII Encontro Nacional de Geógrafos – A construção do Brasil: geografia, democracia e ação política*, São Luís, AGB, 24 a 30 jul. 2016. Disponível em: <http://www.eng2016.agb.org.br/simposio/anaiscomplementares>. Acesso em: 22 set. 2019.
- GOMES, P. C. da C. *Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço*. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. *Olhares geográficos: modos de ver e viver no espaço*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012. p. 19-41.
- GOMES, P. C. da C. *O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2013.
- HARVEY, D. *A justiça social e a cidade* (1973). São Paulo: Hucitec, 1980.
- HARVEY, D. *Que tipo de Geografia para que tipo de política pública*. In: *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 7, n. 2, p. 485-498, 2017.
- LACOSTE, Y. *A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. (1976). (Tradução Maria Cecília França). Campinas, São Paulo: Papyrus, 1988.
- LIPOVETSKY, G; SERROY, J. *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. (Tradução Maria Lúcia Machado). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- MOREIRA, R. *Repensando a Geografia*. In: SANTOS, M. (Org.). *Novos rumos da Geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 35-49.
- OLIVEIRA, C. G. S. de. *A Geografia como disciplina: trajetória nos currículos escolares do Brasil e o seu ensino como questões centrais da discussão*. In: TRINDADE, G. A.; CHIAPETTI, R. J. N. (Orgs.). *Discutindo Geografia: doze razões para se (re)pensar a formação do professor*. Ilhéus, Bahia: Editus, 2008. p. 17-61.
- OLIVEIRA, N. R. de. *Reflexões sobre a educação danificada*. In: PUCCI, B. et al. (Orgs.). *A educação danificada: contribuições à teoria crítica da educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 13-44.
- PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. *Para ensinar e aprender Geografia*. São Paulo: Cortez, 2007.
- QUEIROZ NETO, J. P. de. *Os desafios da pesquisa: geografia dos ricos ou dos pobres?* In: SOUZA, M. A. A. de. et al. (Orgs.). *O Novo mapa do mundo: natureza e sociedade de hoje – uma leitura geográfica*. 3. ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1997. p. 36-41.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. (1978). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Reedição Coleção Milton Santos – 2).
- SANTOS, M. (org.). *Novos rumos da Geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SANTOS, M; BERNARDES, A. *Tarefas da Geografia brasileira num mundo em transformação: um momento*. In: *Ciência Geográfica*, AGB, n. 13, p. 4-22, maio/ago. 1999.
- SEGRELLES, J. A. *Hacia una enseñanza comprometida y social de la Geografía en la universidad*. In: *Revista Terra Livre*, São Paulo, AGB, n. 17, p. 63-78, 2º semestre, 2001.
- SILVEIRA, M. L. *Da educação mutilada à construção da cidadania*. In: VALE, J. M. F. do. et al. (org.). *Escola pública e sociedade*. São Paulo: Saraiva/Atual, 2002. p. 34-37.
- SOUZA NETO, M. F. de. *Queime depois de ler*. In: SPOSITO, E. S. et al. (Orgs.). *A diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação*. Rio de Janeiro: Consequência, 2016. p. 83-94.
- SOUZA, M. A. A. de. *O ensino de Geografia na virada do século*. In: SOUZA, M. A. A. de. et al. (Orgs.). *O Novo mapa do mundo: natureza e sociedade de hoje – uma leitura geográfica*. 3. ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1997. p. 29-35.
- SOUZA, M. L. de. *Consiliência ou bipolarização epistemológica? Sobre o persistente fosso entre as ciências da natureza e as da sociedade – e o papel dos geógrafos*. In: SPOSITO, E. S. et al. (Orgs.). *A diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação*. Rio de Janeiro: Consequência, 2016. p. 13-56.
- SPOSITO, E. S. *Elogio da teoria, do método e da ciência*. In: SPOSITO, E. S.; CLAUDINO, G. S. *Teorias na Geografia: avaliação crítica do pensamento geográfico*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. p. 17-43.
- VALE, J. M. F. do. *O espaço da educação*. In: SOUZA, A. J. et al. (Org.). *Paisagem Território Região: em busca da identidade*. Cascavel, Paraná: EDUNIOESTE, 2000. p. 125-131.